**Resumo – Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**

Será que é possível avaliar o potencial para o desenvolvimento do turismo de lazer de um determinado destino para fins de seu planejamento turístico? Este é o principal questionamento do estudo.

No artigo é feita a proposta de agrupamento dos diversos métodos de avaliação criados ao longo da história em três categorias principais: descrição da localização de instalações e atividades, inventário dos recursos e descrição das imagens das regiões e seus recursos. Dá-se grande destaque a avaliação analítica do potencial turístico; avaliação econômica dos recursos; preferências dos usuários como medida de avaliação turística.

A maior parte dos métodos mencionados no estudo enfoca a análise de atrativos (ou recursos) turísticos como a base do processo de avaliação dos destinos – quando não, como a única avaliação a ser feita que, por vezes, incorpora a avaliação daqueles equipamentos e serviços unicamente vinculados a tais atrativos e recursos.

A matriz criada pelo autor é composta por quatro níveis hierárquicos interrelacionados, correspondentes aos seguintes aspectos:

• dimensão: diz respeito aos grandes temas sob os quais estão agrupados os aspectos que devem ser observados nas localidades turísticas, compreendendo;

• atrativos turísticos: "[...] todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los"

• equipamentos e serviços turísticos: "[...] conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação e outros serviços"

• infraestrutura de apoio turístico: "[...] conjunto de obras e instalações de estrutura física de base, que criam condições para o desenvolvimento de uma unidade turística, tais como: sistema de transportes, de comunicações, serviços urbanos (água, luz, esgoto, limpeza pública) etc."

• normativo-institucional: conjunto de estruturas e organizações oficiais e não governamentais responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo na localidade e dos instrumentos facilitadores destes processos, incluindo a gestão mercadológica da localidade como produto turístico;

• planejamento turístico participativo: corresponde à análise dos níveis de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade;

• outros fatores pertinentes aos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade, como a proximidade dos núcleos emissores de demanda, a disponibilidade de áreas para possível expansão futura dos atrativos e/ou equipamentos turísticos e a disponibilidade de mão-de-obra para atendimento ao turista;

• categorias de análise: detalhamento dos aspectos que devem ser observados, organizados, cada um, também em níveis, de acordo com as características mais pertinentes ao processo;

• indicadores: são os desdobramentos das categorias de análise;

• critérios de análise: são os parâmetros para avaliação, que possibilitam a respectiva atribuição de pontos.

Em função dos critérios estabelecidos, devem ser atribuídos pontos aos elementos avaliados em cada município em uma escala decrescente de 5 a 1, com exceção do indicador "existência e gestão do fundo municipal de turismo" (inserido na categoria de análise estrutura) e de todos os indicadores da categoria de análise "instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo" (ambos da dimensão "normativo-institucional"), que receberam uma pontuação diferenciada, aceitando-se apenas duas possibilidades de avaliação: atribui-se 5 à plena satisfação do critério em questão e 3 à satisfação parcial9 .

Para a definição das dimensões atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infraestrutura de apoio turístico, e suas respectivas categorias de análise, utilizou-se como base, com as devidas adaptações, a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984), por tratar-se de instrumento oficial, desenvolvido a partir dos trabalhos do CICATUR/OEA. As demais dimensões foram incorporadas pelo autor.

Tais critérios seguiram a proposta de Leno Cerro (1993, p.48), que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo CICATUR/OEA; todavia, não foram feitos os cálculos que conduzem a tal resultado – aceitou-se que a experiência prática do autor seja suficiente, aqui, para atribuir tais pontuações para efeito de teste do instrumento como um todo (do qual a hierarquização dos atrativos é apenas uma parte, tendo, pois, sua importância relativizada).

Com base nos resultados obtidos através de análise dos vários aspectos listados, foram efetuadas as somatórias dos resultados por indicadores, categorias e dimensões, que possibilitam a discussão dos resultados.

Obteve-se, em seguida, por meio da somatória dos resultados por indicadores, categorias de análises e dimensões, o total de pontos alcançado por cada município. A partir destes totais foram extraídas as médias aritméticas simples de cada indicador, categoria de análise e dimensão, dividindo-se os resultados obtidos das somatórias pelo número de aspectos analisados – exemplificando: Guaratinguetá teve nove atrativos naturais analisados, aos quais foram atribuídas as respectivas pontuações (de 5 a 1) em função de seus níveis de atratividade (decorrentes da hierarquização); tal pontuação foi somada (resultando em 16, como se pode ver no quadro a seguir) e dividida pelo número de elementos avaliados (neste caso, nove, correspondente ao número de atrativos naturais); o resultado (1,78) foi arredondado para 2, pois, para facilitar os cálculos foi adotado o mesmo critério de arredondamento estabelecido pela metodologia de inventário da oferta turística da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo, 1984, p.113).

Quando os mesmos elementos da oferta foram analisados duas vezes (sob diferentes indicadores), adotou-se o procedimento de repetir a extração das médias, considerando-se o segundo indicador e, posteriormente, extraiu-se uma média da categoria como um todo – exemplificando: os quatro meios de hospedagem – estabelecimentos hoteleiros de Guaratinguetá foram avaliados segundo suas estruturas (totalizando 20 pontos, resultando na média 5) e segundo a qualidade dos equipamentos e serviços (totalizando 14 pontos, resultando na média 3); somando-se o total de pontos obtidos pelos estabelecimentos nas duas categorias (34) e dividindo-se este total pelo dobro do número de equipamentos (já que foram analisados duas vezes), obteve-se a média da categoria meios de hospedagem – estabelecimentos hoteleiros.

Como conclusão, o potencial turístico pôde ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente.

Seja como for, a proposta mencionada não pretendeu esgotar a possibilidade de elementos que poderiam vir a compor uma matriz desta natureza, assim, outros aspectos podem ainda ser considerados em uma avaliação qualitativa mais global, como, por exemplo:

• a compatibilidade com atividades não turísticas que, segundo Pearce (1991, p.113) também é uma consideração importante;

• a segregação do espaço turístico (Silva, 2004, p.38);

• outros impactos do turismo.